



SIMULADO FINAL

MPU

Analista do MPU
Serviço Social
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MPU (Analista do MPU - Serviço Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do MPU - Serviço Social do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1Ajzb7Ro4Accr6E19>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado mostra uma opinião do autor do texto.

- a) Meu restaurante deve comprar somente carne fresca.
- b) O livro elege os cem melhores poemas brasileiros do século XX.
- c) As borboletas mostravam um voo desengonçado.
- d) As autoridades falaram sobre o novo perigo nuclear.
- e) Assaltos frequentes assustam os moradores da região.

2. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo.

- a) Você pode dizer-me as horas?
- b) Eu tenho a tua palavra de honra?
- c) Ela me faz tão feliz!
- d) O professor entra na sala e inicia a aula.
- e) É importante praticar a escrita.

3. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão).

Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.

- a) Encontrei o professor numa festa, mas nunca mais o vi.
- b) O homem é aquilo que ele come.
- c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança.
- d) Trabalhar sempre: esse é o segredo do sucesso.
- e) Cheguei à conclusão de que isto é o mais importante: não perder o emprego.

Nossas atividades nas redes sociais podem oferecer um retrato bastante fiel – e muitas vezes não intencional – de nosso bem-estar mental. Portanto, não é de se espantar que profissionais cujo trabalho é zelar por nossa saúde emocional agora estejam explorando como usar esses canais para medir a quantas andam as emoções das pessoas.

Um estudo realizado pela Universidade Brunel, do Reino Unido, com 555 usuários do Facebook, mostrou que os mais extrovertidos tendem a postar mais sobre atividades sociais e sobre seu dia a dia, e o fazem com frequência. Já indivíduos com baixa autoestima acabam fazendo mais postagens sobre seus cônjuges ou parceiros. Por outro lado, pessoas com traços de neurose podem usar a rede social para validação e para chamar a atenção, enquanto aquelas mais narcisistas costumam exibir suas conquistas ou discorrer sobre suas dietas e rotinas de atividade física.

(Adaptado de: NOGRADY, Bianca. BBC Brasil. www.bbc.com/portuguese/ver-fut-37816962)

4. Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmação correta.

- a) O primeiro parágrafo apresenta o tema, enquanto o segundo indica as causas de as atividades nas redes sociais serem um retrato fiel dos usuários.
- b) Sendo um texto de caráter descritivo, cada um dos parágrafos explora características distintas do tema.
- c) O texto utiliza o método indutivo de raciocínio.
- d) O tema discutido no texto é o aumento da incidência de transtornos mentais na era das redes sociais.
- e) O segundo parágrafo tem a finalidade de trazer exemplos para o que se diz no primeiro parágrafo.

5. Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- a) Segredo, só guarda quem não sabe.
- b) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
- c) Como eu disse antes, eu nunca me repito.
- d) Avise-me se você não receber esta carta.
- e) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.

6. Assinale a frase em que a comparação não aparece explicada.

- a) A saúde é como a porcelana: se não tomar cuidado, quebra.
- b) Os homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.
- c) Os hospitais, assim como os hotéis, só recebem gente em trânsito.
- d) Beneficiar vilões é como jogar água ao mar.
- e) A riqueza assemelha-se à água do mar: quanto mais alguém bebe dela, mais sede tem.

João ganhava apenas o necessário para endividar-se.

7. Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da oração reduzida em destaque para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- a) para que se endividasse.
- b) para o endividamento.
- c) para que se endivide.
- d) para que se endividava.
- e) para que se endividara.

8. Assinale a opção que apresenta o termo que não faz parte do campo semântico da computação.

- a) computador
- b) processador
- c) aplicativo
- d) vírus
- e) vacina

9. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase está correta.

- a) As crianças dedicavam-se as tarefas escolares.
- b) Foi acordada às cinco da manhã com fogos de artifício.
- c) Ao receber o presente, começou à chorar de emoção.

d) Joana e seus filhos visitaram à fazenda do tio no feriado.

- e) Ele se referiu à uma heroína do cinema.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O pássaro cantava lindamente naquela manhã.
- b) A professora advertiu seus alunos sobre seu péssimo comportamento.
- c) Parece claro que a economia mundial crescerá menos neste ano.
- d) Nossa má educação cria um abismo entre as pessoas.
- e) A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

11. Assinale a opção que apresenta o texto publicitário ou propagandístico que apela para a intimidação do leitor.

- a) Seja você a mudança de que o mundo precisa. Junte-se ao nosso projeto e faça a diferença!
- b) Use nosso creme antienvelhecimento e mantenha sua pele jovem por mais tempo. Você merece se sentir bem!
- c) Sem um antivírus atualizado, seus dados estão em risco. Proteja-se agora antes que seja tarde demais.
- d) Compre nosso curso e receba grátis uma aula bônus.
- e) Vista nossa nova coleção para mulheres poderosas!

12. Assinale a frase que exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Se beber, não dirija!
- b) A tristeza tomou conta do ambiente.
- c) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.
- d) O céu estava nublado e a chuva começou a cair lentamente.
- e) Que dia lindo está fazendo hoje!

13. Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

- a) Entrou no salão cantando o hino nacional.
- b) Caiu um raio na floresta, incendiando muitas árvores.
- c) Escrevia em seu caderno ouvindo música.
- d) Chegou à festa sorrindo.
- e) Saiu do casamento chorando de emoção.

14. Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- a) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa
- b) Não sei o que fazer diante desse problema.
- c) O cargo de oficial de justiça é importante
- d) Conheço uma professora de Literatura inglesa.
- e) A História esclarece somente fatos passados.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito. Se, como ensinava Bakhtin, o dialogismo preside a construção de todo discurso, então um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história.

FIORIN, José Luiz. Disponível em : www.editoracontexto.com.br/blog/argumentacao-jose-luiz-fiorin/.
Acesso em: 13 dez. 2018 (adaptado).

15. Um dos argumentos empregados nesse pequeno texto pode ser caracterizado como

- a) raciocínio por analogia.
- b) apelo a exemplos históricos.
- c) testemunho de autoridade.
- d) relação de concessão.
- e) apelo a experiências pessoais do autor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Mário Bros é Diretor da Empresa SF123 e dedica grande parte de seu tempo para identificar novas ideias e oportunidades com vistas ao crescimento da organização. Pode-se dizer que Mário Bros desempenha, em grande parte de seu tempo, um papel

- a) decisório, de empreendedor.
- b) decisório, de alocador de recursos.
- c) informacional, de solucionador de conflitos.
- d) interpessoal, de empreendedor.
- e) interpessoal, de liderança.

17. “Promover a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para fortalecer a justiça, os valores democráticos e os direitos da sociedade, por meio de uma educação diversa, inclusiva e conectada com as necessidades atuais, a partir da inovação, do encontro e da troca de saberes.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico constante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, representa

- a) a missão da ESMPU
- b) o plano da ESMPU
- c) a visão da ESMPU
- d) os valores da ESMPU
- e) a ética da ESMPU

18. João das Neves exerce influência sobre seus subordinados em decorrência de sua posição hierárquica superior, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização. Nesse caso, João das Neves exerce o tipo de poder:

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

19. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes e estão diretamente relacionados com a “experiência de consumo” do cliente são chamados de

- a) processos primários
- b) processos secundários
- c) processos de suporte
- d) processos de apoio
- e) processos gerenciais

20. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que possui 04 etapas, e seu foco está na melhoria contínua. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. O Município ABC, por meio do órgão municipal de meio ambiente, lavra auto de infração face à indústria de alumínio Metal S/A por emissão de efluentes sem tratamento no corpo hídrico de domínio estadual, fato que tornou necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade em razão da baixa qualidade da água após tal emissão. Sequencialmente, o Estado XYZ, responsável pelo licenciamento ambiental do aludido empreendimento e onde se localiza o município, por meio do órgão estadual de meio ambiente, ao receber denúncia do fato, também lavrou auto de infração pelo mesmo motivo que o Município ABC.

Considerando a situação e com base na legislação ambiental aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude de interesse público ambiental, podem coexistir ambos autos de infração, de modo que a indústria Metal S/A responderá nas esferas municipal e estadual.
- b) Prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual, por ser aquele que detém a atribuição de licenciamento ambiental.
- c) O Município não poderia ter lavrado auto de infração em caso de omissão do órgão estadual, visto que apenas o órgão licenciador possui tal atribuição.
- d) O fato analisado é atípico, razão pela qual nem o Município ABC nem o Estado XYZ poderiam ter lavrado o auto de infração.
- e) O auto de infração do órgão estadual é inócuo, porquanto não poderia ter exercido seu poder de polícia por força de denúncia.

22. Tíbio e Perônio, sócios administradores da farmacêutica Alfa Ltda., ao solicitar a licença prévia de um novo empreendimento da instituição, decidiram omitir a informação de que a localização da nova sede se daria em cima de uma área de nascente, a qual deveria ser protegida nos termos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), com vistas à célere aprovação da licença por parte do órgão ambiental.

Sobre a aludida situação, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os sócios administradores poderão ser responsabilizados por crime ambiental, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica envolvida.
- b) Havendo a responsabilidade das pessoas físicas autoras ou coautoras do fato, exclui-se a responsabilidade da pessoa jurídica, sob pena de configurar *bis in idem*.
- c) Tanto as pessoas físicas quanto jurídicas ficam sujeitas à responsabilização ambiental, sendo vedada a desconsideração destas quando sua personalidade for obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) O crime citado, na sua modalidade culposa, admite pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- e) O fato citado configura-se apenas como infração administrativa, não havendo tipificação penal prevista na lei.

23. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa.

Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.
- b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.

c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.

d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.

e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

24. O prefeito do Município Delta deseja criar, por decreto municipal, um Parque Natural Municipal, com o objetivo de promover o turismo ecológico, mas este abrangeeria alguns terrenos particulares da cidade. Consultando o procurador do município sobre o fato, o prefeito recebeu a informação correta que

- a) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, exige lei específica para criação, não podendo ser criada por decreto.
- b) A unidade poderia ser criada por decreto e as áreas particulares não precisariam ser desapropriadas, desde que fosse possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- c) Parque Natural Municipal não é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), motivo pelo qual não poderia ser criada.
- d) O Parque Natural Municipal poderia ser criado por decreto, mas as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas.
- e) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, não admite atividades de turismo ecológico, apenas o uso indireto dos recursos, razão pela qual dever-se-ia alterar a destinação específica da unidade.

25. Considerando as disposições da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso.

- () As medidas de adaptação são aquelas que buscam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- () As emissões são os processos ou atividades que liberem na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- () Um sumidouro é um processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

A sequência correta é:

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.
- e) F – V – V.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

26. São tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.

d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança.

e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

27. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, julgue os itens a seguir.

- I. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é meta disposta pela Agenda 2030, de modo que por “pobreza extrema” compreende-se pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
- II. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um plano global de ações composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, construído após intensa consulta pública mundial com grande foco nas pessoas mais vulneráveis.
- III. Uma das preocupações da Agenda 2030 é acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

28. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, julgue a alternativa incorreta.

- a) Apesar de sua relevância junto ao Sistema Interamericano, tal Convenção tem natureza suprallegal junto ao ordenamento jurídico brasileiro
- b) O Pacto aduz que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, que deverá ser protegida desde o momento da concepção, de modo que ninguém poderá ser privado da vida de modo arbitrário.
- c) Sobre a finalidade essencial das penas privativas da liberdade, essas devem pretender a compensação do dano proporcionalmente à ofensa sofrida e a readaptação social dos condenados.
- d) A Convenção já prevê, como garantia judicial do acusado, que sua confissão só será válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
- e) Estado-Parte que sofra emergência que ameace sua independência ou segurança poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção, desde que não englobem, dentre outros, direitos políticos.

29. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Caso Maria e outros
- b) Caso Sales Pimenta
- c) Caso Ximenes Lopes
- d) Caso Honorato e outros
- e) Caso dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes

30. Pedro, empresário de 33 anos, ficou em coma na sequência de um grave acidente de carro. Diante da incerteza quanto a sua recuperação, seu irmão e sócio, Luiz, pediu sua curatela para poder dar continuidade aos negócios da empresa. Ao longo do processo de reabilitação, Pedro recuperou a consciência, restando sequelas na área motora que passaram a ser tratadas com fisioterapia. Para facilitar seus atos cotidianos, Pedro pensa em optar pela tomada de decisão apoiada.

Sobre essa situação e de acordo com a legislação que trata dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que

- a) Enquanto curador de Pedro, Luiz poderia fazer fotos e vídeos e postar na rede social do irmão para registrar sua recuperação.
- b) Como Pedro ainda terá de passar por fisioterapia, Luiz deverá continuar como seu curador tendo em vista seu capacitarismo.
- c) Uma vez que recuperou sua capacidade de exprimir a vontade, Pedro poderá eleger seus apoiadores por meio do processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Para o início de sua recuperação, Pedro soube que deverá providenciar novas vias de alguns de seus documentos oficiais, razão pela qual deverá manter-se curatelado.
- e) Em razão da extensão do termo de curatela, Luiz sempre poderá opinar quanto aos tratamentos e procedimentos que Pedro vier a realizar para sua habilitação.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Tiago Zanolla*

31. Durante sessão solene no Senado Federal, foi aprovado, por maioria absoluta e mediante voto secreto, o nome de Alexandre, membro do Ministério Público Militar, para o cargo de Procurador-Geral da República. Ato contínuo, o Presidente da República editou o decreto de nomeação. Considerando os preceitos legais e constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que

- a) houve vício no procedimento, pois somente membros do Ministério Pùblico Federal podem ser nomeados Procurador-Geral da República.
- b) o procedimento está correto, desde que tenha sido observada a escolha dentre os Subprocuradores-Gerais da República.
- c) o ato é inválido, pois a nomeação depende de lista tríplice elaborada pelos membros do MPU e referendada pelo CNMP.
- d) o procedimento está correto, desde que Alexandre seja membro da carreira do MPU, independentemente do ramo.
- e) o ato de nomeação deveria ter sido precedido de autorização da Câmara dos Deputados, em votação por maioria simples.

32. Maria, membro do Ministério Pùblico de Goiás, pretende ajuizar uma reclamação no Supremo Tribunal Federal, alegando violação a súmula vinculante por decisão do Tribunal de Justiça local. Um colega alertou que ela deveria solicitar autorização ou ratificação do Procurador-Geral da República. À luz da jurisprudência do STF e dos princípios institucionais do MP, a orientação está:

- a) correta, pois a atuação do MP estadual no STF depende de ratificação pelo PGR.

b) incorreta, pois o MP estadual possui legitimidade autônoma para atuar em processos de sua atribuição no STF.

c) correta, pois o PGR é o único legitimado a atuar no STF em nome do Ministério Pùblico.

d) incorreta, pois o MP estadual pode atuar no STF, mas apenas após homologação pelo CNMP.

e) correta, apenas se a atuação envolver ação direta de inconstitucionalidade.

33. André, membro do MPF, está sendo processado por ato praticado fora de suas atribuições institucionais. Ele manifestou intenção de atuar como seu próprio defensor na fase inicial do processo penal. Com base na jurisprudência do STF e na legislação aplicável, é correto afirmar:

- a) A autodefesa é direito personalíssimo e independe de proibição legal expressa.
- b) O membro do MP pode exercer advocacia em causa própria, desde que não interfira no cargo.
- c) É vedado a membro do MP atuar em defesa própria, mesmo em causa penal, por ser atividade privativa da advocacia.
- d) A vedação à autodefesa aplica-se apenas aos magistrados, não aos membros do MP.
- e) A Constituição permite a defesa em nome próprio, salvo se envolver prerrogativa de função.

34. Em fiscalização interna, identificou-se que um Procurador da República em exercício no primeiro grau foi denunciado por crime de responsabilidade por omissão no dever de fiscalização orçamentária. Qual o órgão competente para o julgamento da denúncia?

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Senado Federal.
- e) Justiça Federal de 1ª instância.

35. Durante aula sobre a estrutura do Ministério Público da União, o professor apresentou diferentes cenários para análise dos alunos. Em um deles, mencionou que determinado membro do MPU atua perante as Auditorias Militares. Em outro, destacou um membro com atribuição junto ao STJ e outro, ainda, que oficia perante Juízes Federais em comarcas onde não há sede da Procuradoria. Considerando os cargos e os respectivos foros de atuação no âmbito do MPU, assinale a alternativa correta:

- a) Os Promotores da Justiça Militar atuam exclusivamente perante o Superior Tribunal Militar.
- b) Os Subprocuradores-Gerais da República atuam exclusivamente perante os Juízes Federais e TRFs.
- c) Os Procuradores da República atuam exclusivamente junto ao TRF da região de sua lotação.
- d) Os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar atuam junto ao STM e à Câmara de Coordenação e Revisão.
- e) Os Procuradores Regionais da República atuam perante o STJ por delegação do PGR.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

36. Carla e Ana vivem em união estável homoafetiva e realizaram o procedimento de inseminação artificial, cabendo à Ana a realização da gestação. Carla é servidora efetiva e Ana ocupa cargo comissionado. Por motivos profissionais, Ana não pode se afastar, e Carla solicitou a licença-maternidade. O órgão negou, alegando que a licença só poderia ser concedida à servidora gestante.

Acerca do regime constitucional aplicável aos servidores públicos, com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) ambas teriam direito à licença-maternidade, sendo que Carla poderá usufruir do benefício pelo prazo geral da licença-maternidade, uma vez que Ana optou por não usufruir do benefício.
- b) apenas Carla teria direito à licença-maternidade, por ser efetiva, mas somente se fosse a gestante.
- c) Ana não faria jus à licença, por exercer cargo de provimento em comissão.
- d) ambas têm direito à licença-maternidade, de igual duração, em razão da isonomia.
- e) nenhuma das duas teria direito à licença-maternidade, por falta de previsão legal.

37. Acerca dos atos de improbidade que atentam contra os princípios administrativos, da reforma da Lei de Improbidade e da indisponibilidade dos bens, nos termos do previsto na Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) o rol de atos que atentam contra os princípios é considerado exemplificativo.
- b) a violação dos princípios da administração pública depende da ocorrência de dano ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito do agente.
- c) não há abolição da tipicidade da conduta de improbidade administrativa, reconhecida antes das alterações dadas pela Lei 14.230/2021, quando os fatos analisados evidenciarem a concretização das novas hipóteses de condutas previstas nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, como no caso do nepotismo, em razão do princípio da continuidade típico-normativa.
- d) as disposições da Lei n. 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, por se tratar de medida processual, de modo que as medidas já deferidas não devem ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei de Improbidade.
- e) para fins de indisponibilidade de bens, que se aplica até mesmo quanto aos atos que atentam contra os princípios, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-partes, limitando-se o somatório da medida ao *quantum* determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.

38. Mateus é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram

remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Mateus foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Mateus era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Mateus, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de

gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

39. Durante uma auditoria fiscal em uma *startup* de análise de crédito, o Auditor da Receita Estadual identificou que a empresa coleta e compartilha dados de consumidores com outras *fintechs*, inclusive dados sensíveis, como origem racial e histórico médico. O compartilhamento é feito com base em cláusula genérica de consentimento no contrato eletrônico. Não há informações claras sobre os critérios de uso dos dados ou os responsáveis pelo tratamento. Com base na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) o consentimento genérico é válido desde que o titular não manifeste oposição expressa ao tratamento dos dados.
- b) dados sensíveis podem ser compartilhados livremente entre empresas, desde que constem em contratos assinados digitalmente.
- c) a ausência de transparência na identificação dos responsáveis não afeta a validade do tratamento de dados.
- d) o tratamento de dados sensíveis para fins de análise de crédito dispensa consentimento específico.
- e) o consentimento deve ser específico, destacado e baseado em finalidade legítima, sendo nulo quando genérico ou baseado em cláusulas obscuras.

40. Durante situação de emergência pública declarada no Município Alfa, a Administração contratou, por dispensa de licitação, a sociedade empresária Gama, para fornecimento imediato de materiais médicos. Passados treze meses da contratação inicial e persistindo a situação emergencial, cogita-se a possibilidade de nova contratação direta da mesma empresa, com fundamento na mesma situação. À luz da legislação aplicável e do entendimento consolidado pela jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada diretamente, desde que demonstre ter capacidade técnica e vantajosidade na nova proposta.
- b) a vedação legal à recontratação da sociedade empresária Gama é inconstitucional, pois viola os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.
- c) a sociedade empresária Gama poderá ser contratada diretamente apenas se o novo contrato tiver por base um fundamento legal diverso do utilizado na contratação anterior, sendo vedada a prorrogação pelo mesmo motivo, ainda que o prazo total fosse inferior a um ano.
- d) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada com base no mesmo dispositivo legal, desde que se tratasse de nova emergência ou calamidade pública, distinta da anteriormente declarada.
- e) a vedação à recontratação da sociedade empresária Gama aplica-se a qualquer hipótese futura de contratação direta, mesmo que por novo fundamento legal ou em nova situação emergencial.

SERVIÇO SOCIAL 1*Anna Valéria*

41. A respeito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social na produção de documentos e emissão de opinião técnica, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de uma dimensão exclusivamente voltada à aplicação de instrumentos e técnicas, independente das demais dimensões profissionais.
- b) Está dissociada das condições subjetivas dos profissionais, pois seu foco é estritamente objetivo e técnico.
- c) Expressa-se como prática neutra, comprometida com a objetividade científica, não sendo influenciada por valores éticos ou políticos.
- d) Exige articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, pois mobiliza fundamentos para análise e ação.
- e) Deve priorizar a linguagem técnica-jurídica em detrimento da compreensão dos usuários, assegurando respaldo institucional.

42. A respeito das competências e atribuições privativas dos assistentes sociais, conforme estabelecido na Lei nº 8.662/1993 e aprofundado no documento analisado, é correto afirmar:

- a) A avaliação socioeconômica pode ser realizada por qualquer profissional da saúde, desde que treinado para isso.
- b) A realização de parecer social é uma das competências genéricas, não sendo exclusiva da/o assistente social.
- c) As atribuições privativas dizem respeito a atividades cuja validade institucional depende da formação em Serviço Social.
- d) A elaboração de relatórios sociais é competência comum a todas as áreas do trabalho social.
- e) A competência profissional é determinada pelo tempo de exercício na função e não pela formação acadêmica.

43. Em relação à elaboração de documentos e registros profissionais, é incorreto afirmar que:

- a) A linguagem utilizada deve ser clara, objetiva e acessível, ainda que tecnicamente rigorosa.
- b) A materialidade documental expressa a direção ética e política do projeto profissional.
- c) Os documentos técnicos devem conter juízos fundamentados em valores morais e crenças individuais.
- d) O conteúdo documental deve refletir a análise crítica da realidade social estudada.
- e) O uso de meios remotos na emissão de documentos exige atenção às condições éticas e técnicas do trabalho.

44. No que tange ao papel da avaliação no exercício profissional do/a assistente social, especialmente quando vinculada à emissão de opinião técnica, assinale a alternativa correta:

- a) A avaliação técnica deve ser estritamente normativa, baseada apenas em critérios institucionais objetivos.
- b) A opinião técnica deve conter preferencialmente juízos neutros e apolíticos, preservando a imparcialidade do profissional.
- c) A avaliação implica valoração social, construída a partir das condições concretas, históricas e éticas do contexto analisado.
- d) A avaliação profissional deve ser elaborada com base em senso comum e percepções intuitivas da realidade vivida.
- e) O conteúdo da avaliação é exclusivamente técnico, não havendo espaço para valores éticos no seu desenvolvimento.

45. A respeito do Estudo social e seus desafios no sociojurídico, marque a opção correta:

- a) É uma atribuição compartilhada entre todos os membros da equipe multiprofissional, devendo sempre conter parecer técnico coletivo.
- b) Consiste exclusivamente em relatar a versão do/a usuário/a sem interpretação crítica, mantendo sua neutralidade.
- c) É um processo técnico privativo do assistente social que requer análise crítica da totalidade da situação vivida pelos sujeitos.
- d) Tem como principal objetivo determinar a culpabilidade do sujeito envolvido na demanda.
- e) Deve focar-se na análise moral do comportamento dos sujeitos, com base nas normas institucionais vigentes.

46. Com base no documento “Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico – Subsídios para reflexão” (CFESS, 2014), marque a alternativa INCORRETA:

- a) O termo ‘sociojurídico’ é relativamente recente na história do serviço social brasileiro.
- b) A elaboração do novo Código de Menores, em 1979, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, provocaram uma franca expansão das frentes de atuação do/a assistente social.
- c) A partir da Constituição Federal de 1988, especialmente a partir dos anos 2000, descontinham-se outros espaços para o serviço social, em instituições que assumem novas funções na defesa de direitos difusos e coletivos e/ou individuais.
- d) O debate sobre o lócus do jurídico ganha, no cenário contemporâneo, gradativamente, relevo na concretização da dimensão política do serviço social, na medida em que desenvolve significativa intervenção no cotidiano das diversas instituições onde atuam assistentes sociais.
- e) Ao ser positivado em lei, o direito ganha status de norma a ser seguida, e protegida pelo Estado.

47. Com base no documento “Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico – Subsídios para reflexão” (CFESS, 2014), marque a alternativa. Pode-se afirmar que a judicialização e criminalização da questão social:

- a) São necessárias para garantir a ordem e coibir comportamentos desviantes.
- b) São estratégias legítimas do Estado para disciplinar a população e promover a paz social.
- c) Reforçam práticas punitivas que ocultam a dimensão estrutural das desigualdades sociais.
- d) Contribuem para o fortalecimento dos direitos humanos e das liberdades civis.
- e) Devem ser vistas como ferramentas neutras de aplicação da lei.

48. De acordo com a Resolução CFESS nº 1.098, de 3 de abril de 2025 que dispõe sobre os procedimentos para salvaguarda de documentos técnicos e de documentos técnicos sigilosos do Serviço Social, marque a opção correta:

- a) A(o) assistente social deverá repassar toda a documentação técnica física, sigilosa ou não, à(ao) assistente social que vier a substitui-la(o).
- b) A documentação técnica física será acondicionada em invólucro de plástico.
- c) O ato de lacração será registrado em termo próprio, composto por duas vias, que deverão ser assinadas obrigatoriamente pela(o) assistente social e agente fiscal ou conselheira(o) do CRESS.
- d) A salvaguarda é o conjunto de técnicas que garantem dos documentos digitais/eletrônicos no âmbito do Serviço Social.
- e) São considerados sigilosos os documentos e as informações cuja divulgação possa comprometer todos os dados e direitos das pessoas envolvidas.

49. Com base na Resolução CFESS nº 1.098/2025, qual é a definição de documentação técnica sigilosa?

- a) Conjunto de documentos físicos produzidos exclusivamente em instituições privadas.
- b) Relatórios públicos elaborados por assistentes sociais em eventos acadêmicos.
- c) Documentos e informações que, por sua natureza, devem ser de conhecimento restrito, exigindo medidas especiais de salvaguarda.
- d) Qualquer documento que trate de políticas públicas, independentemente do conteúdo.
- e) Documentação disponível em bancos de dados abertos para consulta pública.

50. Sobre a salvaguarda de documentos digitais, relacionada na Resolução CFESS nº 1.098/2025, é correto afirmar que:

- a) Apenas a instituição é responsável pela segurança da informação.
- b) A(o) assistente social pode compartilhar senhas se for com colegas da mesma equipe.
- c) O uso de senhas individuais e o controle de acesso são exigências obrigatórias.
- d) A sinalização de documentos como "sigilosos" não se aplica aos sistemas digitais.
- e) A responsabilidade pela segurança digital é exclusiva dos desenvolvedores dos sistemas.

51. De acordo com a Resolução CFESS nº 1.098/2025, quando ocorre a extinção do Serviço Social em uma instituição, o que deve ser feito com a documentação técnica?

- a) Ela deve ser destruída imediatamente para garantir o sigilo.
- b) Enviada para o CRESS, independentemente de sua natureza.
- c) Transferida para outra unidade de Serviço Social ou setor de arquivo, conforme o caso.
- d) Compartilhada com a equipe administrativa da instituição.

e) Entregue aos usuários atendidos, como forma de transparência.

52. Sobre a atuação do(a) assistente social no processo transexualizador, segundo a Resolução CFESS nº 845/2018, é correto afirmar que:

- a) É competência do(a) assistente social rejeitar modelos patologizantes da diversidade de gênero.
- b) O(a) assistente social deve adotar modelos corretivos para orientar as expressões de gênero.
- c) A atuação deve focar exclusivamente nos procedimentos hormonais e cirúrgicos, garantindo acesso aos tratamentos.
- d) O(a) assistente social deve priorizar a avaliação psicológica para encaminhamento.
- e) Não cabe ao(à) assistente social emitir opinião técnica sobre transformações corporais.

53. De acordo com a Resolução CFESS nº 845/2018, é vedado ao(à) assistente social:

- a) Atuar em equipe multiprofissional no processo transexualizador.
- b) Utilizar técnicas que reforcem preconceitos contra a população trans.
- c) Utilizar o nome social da pessoa usuária nos atendimentos.
- d) Acompanhar adolescentes com identidade de gênero diversa.
- e) Emitir opinião técnica sobre as transformações corporais.

54. Sobre a chamada “dupla armadilha” na análise da Questão Social, segundo Iamamoto, assinale a alternativa correta:

- a) Refere-se à análise da Questão Social como problema individual e ao discurso genérico e indiferenciado.
- b) Relaciona-se à ausência de políticas públicas no combate à violência urbana.
- c) Envolve a universalização dos direitos sociais como causa da fragmentação das demandas.
- d) Diz respeito à priorização da economia sobre outras políticas sociais.
- e) Está ligada à ideia de que a pobreza é um fenômeno natural e desejável.

55. Com base na profissão de serviço social no Brasil, marque a alternativa correta. Os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) estão relacionados com:

- a) A construção da perspectiva crítica no Serviço Social.
- b) A renovação do conservadorismo via abordagem fenomenológica.
- c) O marco da vertente modernizadora da profissão.
- d) O surgimento da vertente marxista no Serviço Social brasileiro.
- e) A adoção de um modelo pragmático de atuação profissional baseada no neoliberalismo.

56. Sobre o processo de Reatualização do Conservadorismo no Serviço Social, assinale a afirmativa correta:

- a) Reintroduz elementos conservadores sob nova roupagem, utilizando-se da abordagem fenomenológica como base.
- b) Mantém vínculos com a tradição positivista e reafirma a perspectiva funcionalista da modernização.
- c) Propõe uma ruptura com a fenomenologia e aproxima-se da teoria marxista de forma sistemática.
- d) Está vinculada exclusivamente à influência do Método Belo Horizonte.
- e) Defende a neutralidade científica como forma de romper com o assistencialismo tradicional.

57. A respeito do "arranjo teórico-doutrinário" mencionado por Iamamoto, é correto afirmar que:

- a) Corresponde à união entre a teoria marxista e a doutrina social da igreja.
- b) Refere-se à junção entre o discurso humanista-cristão e a teoria social positivista.
- c) Trata-se da tentativa de superação do conservadorismo com base na fenomenologia.
- d) É o marco inicial da vertente crítica no Serviço Social brasileiro.
- e) Representa o momento de transição para o método dialético-crítico na profissão.

SERVIÇO SOCIAL 2*Nilza Ciciliati*

58. A respeito da divisão social e sexual do trabalho no capitalismo contemporâneo, é correto afirmar que:

- a) A flexibilização das relações de trabalho resultou em uma melhoria significativa nas condições de trabalho para grupos marginalizados.
- b) A financeirização do capitalismo contemporâneo tem aumentado o número de empregos tradicionais industriais devido ao foco na tecnologia.
- c) A precarização das relações de trabalho afeta desproporcionalmente mulheres e grupos marginalizados.
- d) No capitalismo contemporâneo, a divisão do trabalho deixou de refletir desigualdades estruturais de gênero, classe e raça.
- e) A financeirização do setor econômico trouxe maior igualdade no acesso às oportunidades de emprego para todos os grupos sociais.

59. As dimensões produtiva e improdutiva do trabalho doméstico referem-se à forma como esse tipo de trabalho é percebido/invisibilizado e valorizado/desvalorizado na sociedade, especialmente no contexto da economia capitalista. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) O trabalho doméstico é considerado produtivo apenas quando gera valor comercializável e lucro direto.
- b) A dimensão improdutiva do trabalho doméstico inclui atividades como o cuidado com crianças e idosos, essenciais para a economia.
- c) Na economia capitalista, o trabalho doméstico é frequentemente invisibilizado e subestimado, apesar de sua importância para o bem-estar das famílias.

d) O trabalho doméstico produtivo não possui relevância na reprodução da força de trabalho.

e) Apenas atividades domésticas que envolvem produtos vendáveis são consideradas produtivas na economia capitalista.

60. Sobre o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no trabalho, segundo Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009), é correto afirmar que:

- a) As TICs promovem exclusivamente benefícios, ampliando a comunicação e a aprendizagem sem apresentar impactos negativos aos trabalhadores.
- b) O teletrabalho e o trabalho por plataformas digitais, associados às TICs, não apresentam desafios significativos para os direitos e para a vida dos trabalhadores.
- c) As TICs reduzem a lógica do capital, promovendo uma maior autonomia e liberdade dos trabalhadores.
- d) O impacto das TICs é unilateral, sendo apenas uma ferramenta para colaboração e melhoria da produtividade sem interferência na alienação dos trabalhadores.
- e) A expansão dos aplicativos facilitada pelas TICs contribui para a ampliação do "infoproletariado" ou "ciberproletariado".

61. Para Ricardo Antunes (2020), a uberização do trabalho é uma expressão da precarização e da exploração do trabalho no contexto da Indústria 4.0, que é marcado pela automatização e pela digitalização dos processos produtivos. Segundo ele, a uberização do trabalho implica em, exceto:

- a) uma intensificação do trabalho por demanda
- b) uma desregulamentação das relações de trabalho
- c) uma fragmentação e uma individualização dos trabalhadores
- d) uma remuneração variável e valorizada
- e) uma subordinação aos algoritmos das plataformas

62. Os projetos profissionais e os projetos societários possuem finalidades diferentes, embora ambos sejam significativos na construção e organização social. Sobre o conceito de projeto societário e projeto profissional, é correto afirmar que:

- a) Os projetos societários são direcionados apenas para uma categoria profissional, enquanto os projetos profissionais abrangem toda a sociedade.
- b) Os projetos profissionais estabelecem normas, princípios e valores que orientam a atuação dos profissionais, enquanto os projetos societários possuem uma dimensão política que envolve relações de poder.
- c) Projetos societários e projetos profissionais têm a mesma amplitude e propósitos, sendo intercambiáveis em suas aplicações.
- d) Segundo Netto (1999), os projetos societários da classe trabalhadora, no sistema capitalista, sempre terão condições favoráveis em relação à classe politicamente dominante.
- e) Os projetos societários não incluem dimensões políticas e estão exclusivamente voltados às conjunturas econômicas.

63. O sigilo profissional do assistente social é um princípio ético fundamental para a profissão. Ele visa proteger a confidencialidade das informações obtidas no exercício da profissão. No art. 18 do Código de Ética, a quebra do sigilo é admissível em situações

- a) Em que o assistente social julgue necessário, independente de justificativa.
- b) Que envolvam risco à vida ou à integridade física de terceiros, desde que devidamente fundamentadas.
- c) Exclusivamente quando solicitada por instituições privadas, independentemente de autorização judicial.
- d) Em qualquer circunstância, desde que o assistente social informe previamente o usuário.
- e) Apenas em casos de interesse econômico, visando proteger os bens materiais do usuário.

64. O art. 28 do Código de Ética do/a assistente social trata das penalidades que são consideradas especialmente graves, sendo elas, exceto:

- a) permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;
- b) utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.
- c) praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;
- d) violar o sigilo profissional;
- e) substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;

65. A Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) traz objetivos, diretrizes e princípios que organizam a política de assistência social no Brasil. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A assistência social tem como princípio a descentralização político-administrativa para os estados, o DF e os municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- b) A assistência social tem como um dos seus objetivos a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- c) A organização da assistência social é orientada por diretrizes como a universalização dos direitos sociais e a participação da população, por meio do controle social.
- d) A vigilância socioassistencial é um dos princípios da assistência social.
- e) A divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais é um dos objetivos da política de assistência social

66. O art. 6º da Lei 8.742/93 dispõe que a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos, exceto:

- a) consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.
- b) integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.
- c) estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- d) definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.
- e) afiançar a gestão integrada e a garantia de direitos.

67. Suponha que em uma família de quatro pessoas, um dos membros é um idoso que recebe o BPC e outro membro é uma pessoa com deficiência que também deseja solicitar o BPC. Nesse caso,

- a) para calcular a renda per capita da família, o valor de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, será incluído no cálculo.
- b) para calcular a renda per capita da família, o valor do BPC recebido pelo idoso não será incluído no cálculo.
- c) o benefício de prestação continuada não será devido a mais de um membro da mesma família.
- d) não serão computados para os fins de cálculo da renda familiar per capita os rendimentos decorrentes de qualquer benefício previdenciário ou assistencial.
- e) o auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais.

68. A Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, regulando em todo o território nacional a organização e o funcionamento dos serviços de saúde. A lei prevê que o Estado deve prover as condições indispensáveis ao pleno exercício do direito à saúde, formulando e executando políticas econômicas e sociais que visem à

- a) universalização do acesso aos serviços de saúde, prioritariamente para grupos vulneráveis.
- b) promoção de ações curativas, considerando a prevenção de doenças em segundo plano.
- c) garantia de acesso aos serviços de saúde, prioritariamente em regiões metropolitanas.
- d) execução de políticas econômicas e sociais que priorizem o setor privado.
- e) redução de riscos de doenças e de outros agravos e assegurando acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

69. O SUS tem um campo de atuação ampliado, fazendo parte do sistema, a execução de ações, exceto:

- a) de vigilância sanitária
- b) de vigilância epidemiológica
- c) de vigilância socioterritorial
- d) de saúde bucal
- e) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

70. A Lei Orgânica da Saúde (LOS) estabelece que, para as ações e serviços de saúde, voltados para o atendimento das populações indígenas, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser descentralizado, hierarquizado e regionalizado, financiado exclusivamente pelos Estados e Municípios no custeio e execução das ações.
- b) Em situações emergenciais e de calamidade pública, deverá ser garantida a inclusão dos povos indígenas nos planos emergenciais para atendimento dos pacientes graves das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde.
- c) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo apenas a atenção primária.
- d) Em relação ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, obrigatoriamente deverá ser levado em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem padronizada e local.
- e) A rede do SUS deverá, de forma facultativa, fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação dos indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.

71. A Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023 trouxe alterações na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta:

- a) Toda mulher tem o direito de ser acompanhada por uma pessoa maior de idade, durante todo o

período do atendimento, independentemente de notificação prévia.

- b) O acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal.
- c) O acompanhante estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.
- d) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino.
- e) Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

72. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, a prevenção e a manutenção da saúde da Pessoa Idosa serão efetivadas por meio de várias ações, exceto:

- a) cadastramento da população idosa em base nacional.
- b) atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios.
- c) unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social.
- d) atendimento domiciliar, incluindo a internação.
- e) reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

73. A Lei nº 10.471/03 prevê medidas de proteção às Pessoas Idosas nos casos em que seus direitos forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento. Assim, quando os direitos das Pessoas Idosas forem ameaçados ou violados, poderão ser aplicadas as seguintes medidas de proteção:

- a) políticas sociais básicas previstas na política nacional da Pessoa Idosa.
- b) políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.
- c) serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.
- d) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- e) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das Pessoas Idosas.

74. A Lei Brasileira de Inclusão assegura atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Caso haja suspeita ou confirmação de alguma violência contra a pessoa com deficiência, entendida como qualquer ação ou omissão que cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico, os serviços de saúde deverão notificar obrigatoriamente

- a) à autoridade judicial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- b) à autoridade judicial e policial.
- c) à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- d) à autoridade sanitária e ao Ministério Público.
- e) à autoridade policial e a familiares da vítima de violência.

SERVIÇO SOCIAL 3*Coimbra Almeida*

75. A Lei que entrou em vigor no ano de 2022 e estabelece medidas protetivas específicas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar é:

- a) Lei Maria da Penha.
- b) Lei Henry Borel.
- c) Lei da Escuta Especializada
- d) Lei Menino Bernardo
- e) Lei do Stalking.

76. Com fundamento na Lei Henry Borel (Lei 14.344/2022), analise as situações abaixo e aponte a que caracteriza uma situação de violência psicológica contra crianças ou adolescentes.

- a) Ana, 12 anos, é vítima de intimidação sistemática na escola.
- b) Daniel, 9 anos, levou uma surra da mãe.
- c) Lucas, 5 anos, é explorado financeiramente pelos pais
- d) Maria foi para uma festa e deixou o filho de 4 anos trancado em casa.
- e) O Pai de Hugo, 15 anos, tirou dele o celular ao descobrir que ele estava viciado em jogos violentos.

77. A Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, previu, expressamente, como atribuição do Conselho Tutelar:

- a) realizar estudo social junto aos familiares da criança ou adolescente a fim de conhecer as situações de violência.
- b) afastar imediatamente o agressor do lar se o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- c) realizar perícia social a requerimento da autoridade judicial
- d) ouvir crianças e adolescentes, em depoimento especial, sobre a situação de violência notificada
- e) representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

78. A Lei Henry Borel, oficialmente lei nº 14.344/2022 consiste em:

- a) proibir o uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante
- b) Combater crimes sexuais contra crianças e adolescentes
- c) estabelecer a escuta especializada e o Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência
- d) ampliar medidas preventivas e punitivas, estabelecer diretrizes para serviços especializados e campanhas educativas na responsabilização dos agressores de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar
- e) Combater todo e qualquer tipo de violência contra a criança e o adolescente

79. Acerca da atuação de Assistentes Sociais em situações de calamidade pública e desastres socioambientais, bem como, de acordo com o Código de Ética Profissional do Serviço social, participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades constitui:

- a) Um Direito
- b) Um Dever
- c) Uma Atribuição Privativa
- d) Uma Competência
- e) Um Princípio fundamental

80. No que tange à questão dos desastres socioambientais e a atuação da política de Assistência social, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define que a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, para a minimização dos danos e o provimento das necessidades verificadas, devem ser realizadas pelo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que compõe a:

- a) proteção social especial de alta complexidade.
- b) vigilância socioassistencial.
- c) proteção social básica.
- d) proteção social especial de média complexidade.
- e) Políticas setoriais

Discursiva

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>